

“Nossa fé - Nossa vida”

UM “GUIA”, NÃO UMA “ORDEM” (1)

WALTER ALTMANN

O VIII Concílio Geral da IECLB, realizado em Panambi, de 19 a 22 de outubro de 1972, aprovou por unanimidade a nova ordem de vida eclesial de nossa igreja, significativamente intitulada de “Nossa fé — nossa vida”, subtítulo: “Um guia de vida comunitária em fé e ação”. As conseqüências de uma tão profunda alteração ainda não podem ser medidas. É de se almejar que seus frutos surjam no decorrer dos próximos anos, num processo de amadurecimento de fé em nossas comunidades e entre nossos membros. Pois essa “ordem” não é ordem, e sim **guia**, refletindo destarte no campo jurídico-eclesialístico o conceito teológico-estrutural de toda igreja evangélica, em particular a IECLB: a comunidade é a célula-base, da qual se derivam em comunhão fraternal as instâncias administrativas-orientadoras comuns (não “superiores”), com a finalidade de fortalecer vida e ação comuns (2). Mesmo que a prática tenha muitas vezes contradito este princípio, a coerência expressa pelo “guia de vida comunitária em fé e ação” poderá, pela conscientização, acarretar efeitos práticos, bem como aguçá-lo o espírito de vigilância das comunidades.

Comunidade viva

O guia parte da responsabilidade de cada cristão diante de Deus. “Todos nós, como membros da Igreja de Cristo, somos sacerdócio real”, encarregados por Deus “para proclamar e viver a Boa Nova da salvação de Cristo” (3). Cada qual participa com o “seu dom” (4), porque a vida provém da fé, como sugere o título do guia, e não de uma estrutura eclesialística adequada a princípios divinos ou situações comunitárias. Concomitantemente o guia não dá margem ao individualismo, mas o toma inserido no contexto da comunhão de fé: “O membro integrado na Comuni-

(1) O presente artigo é fruto de observações feitas durante o preparo de diversas palestras sobre “Nossa fé — nossa vida”, em âmbito das comunidades evangélicas de Ijuí e Santo Angelo, do Distrito Eclesialístico de Ijuí, bem como em encontros de presbíteros das regiões eclesialísticas II e III.

(2) “Nossa Igreja realiza sua tarefa pelas comunidades locais e paróquias, que são a base de seu trabalho, e pela direção geral, regional e distrital. A direção da Igreja empenha-se em fortalecer e aprofundar a comunhão entre as comunidades; em auxiliar na concretização de seus objetivos; em aprofundar o intercâmbio de suas forças e meios em prol de uma vida e ação em comum.” (Pág. 7s.; cf. Constituição da IECLB, Art. 5)

(3) Pág. 11.

(4) Idem, margem.

dade há de participar da vida e da missão da Igreja de Cristo, para compartilhar as dádivas que a comunhão de irmãos oferece, e para cooperar com seus dons na tarefa que lhe foi confiada” (5).

O guia é, pois, realista, sem recair no conformismo, e autêntico, sem redundar em entusiasmo. A polaridade indivíduo — coletividade não é dissolvida pela absolutização de nenhum. O membro ativo há de conviver não com uma comunidade idealizada, mas real. Há de participar da vida e da missão da igreja, e certamente também compartilhar vicariamente a responsabilidade pelas suas omissões e culpas, sem se sobrepor sectariamente a ela. A comunidade há de crescer com o desenvolvimento e participação livres de seus membros, e certamente também carregar o membro indeciso ou crítico, sem anatematizar aqueles que querem e sentem diferentemente a uma fé em Cristo e sem tyrannizar o membro, fazendo-o subjugar-se ao “poder de cima” ou ao “poder da média”.

Há um intercâmbio entre comunidade e membro. Este se torna, através dela, participante das dádivas e coopera com os seus dons. O resultado é um constante enriquecimento mútuo. A ruptura em qualquer uma das direções, seja absolutizando o indivíduo, seja suprimindo-o pela dissolução na comunidade, irá inevitavelmente afetar de forma negativa também a outra dimensão. Comunidade em que não há a participação livre do membro não é comunidade, mas sim tyrannia, na melhor das hipóteses massa. Indivíduo sem comunidade torna-se oco e desesperado ou fanático e rebelde, alienado ou marginalizado.

As pessoas que integram a igreja são “diferentes uma da outra” (6), têm cada qual o “seu dom” (7). O que as une é o “chamado”, a “requisição de Deus” pelo batismo, o chamado a vivê-lo (8), o ministério comum: “testemunhar o Evangelho de Cristo” (9). O guia é, porém, realista, ao avaliar a situação de fato nas comunidades e na igreja: há muitos dons desconhecidos e não despertados (10). Quais as razões? O guia não as aponta; mas, certamente, não se trata apenas da questão metódica de como descobrir os dons, menos ainda da mera falta de interesse por parte do membro em empenhar seus dons na missão de Cristo, mas muito antes de uma questão teológica. Não teríamos desprezado na prática da comunidade e da igreja tantos pontos fundamentais do ser-Igreja de Cristo, igualmente apontados pelo guia? Quais sejam: os ministérios têm uma função de orientação (11) e não de monopolização; ao pastor cabe a formação e orientação teológicas da comunidade (12) e não a retenção da tarefa da comunidade em suas mãos; “a igreja não pode ser feita por nós”, mas é constituída pela palavra e pelos sacramentos de Deus (13);

(5) Pág. 9s.

(6) Pág. 5.

(7) Pág. 11.

(8) Pág. 5.

(9) Pág. 11.

(10) Idem.

(11) Pág. 12.

(12) Idem.

(13) Pág. 6.

as formas de organização podem mudar e diferir, tendo como único critério estar a serviço da obra de Cristo (14), ficando eo ipso rejeitadas a uniformização (formas iguais em toda parte) e a fixação (formas iguais em todo tempo). A criatividade do ser humano necessita de espaço e de tempo. Somente assim os dons podem efetivamente ser empenhados, os carismas despontam, criando vivências e realidades.

Já estas observações nos possibilitam chegar a uma conclusão indispensável quanto à utilização do guia. Ele não é nem uma descrição nem uma análise da realidade de nossa igreja e de nossas comunidades; é, antes de tudo, uma projeção teológica para a realidade (15). Conseqüentemente, o guia não pode ser simplesmente estudado como "matéria", mas é imprescindível que os leitores efetuem o confronto entre a orientação e a realidade, isto é, devem conhecer a prática e analisá-la à luz da projeção efetuada pelo guia. Assim o guia não será tanto um veículo de autoconhecimento de nossos membros e de nossas comunidades, como um veículo de renovação, de reforma constante. Haverá então ocasião para os dons e os carismas agirem. Compenetramo-nos, assim, outra vez, que um "guia" é, em verdade, o oposto de uma "ordem".

O guia atribui, conseqüentemente, o encargo de exercer o único ministério de Cristo a todos os membros, seja individualmente, seja em comunidade (16). Menciona a responsabilidade de serviço ao próximo "no âmbito familiar e profissional, comunitário e público" (17). Entretanto, a conseqüência não é total. Toda ênfase é dada à ação comunitária. Já a referência que acabamos de fazer está inserida numa passagem sobre a atividade comunitária (cultos, ensino confirmatório, Juventude Evangélica, Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas, etc.). Segue-se também a referência aos "serviços, órgãos e instituições" criadas e mantidas pela comunidade e/ou pela igreja (18).

É de se perguntar, se, neste ponto, o guia não perdeu a oportunidade de renovação, limitando-se à descrição da situação existente. De qualquer modo, a visão do guia é por demais introvertida, não suficientemente missionária. O capítulo sobre os ministérios afirma, no começo, que todos participam do ministério de testemunhar o Evangelho de Cristo, mas aborda concretamente, após, somente aqueles que receberam um credenciamento especial, interno nas comunidades. Não deveria o capítulo não só conter, mas em verdade começar com a exposição mais concreta do que o Concílio Ecumênico Vaticano II resolveu designar como o "apostolado dos leigos" ou o "povo de Deus", para posteriormente expor a função dos membros dentre eles escolhidos para responsabilidades espe-

(14) Pág. 7.

(15) Há algumas passagens em que ocorre o contrário: a concepção teológica para tributo à realidade. Que conseqüências advêm da compreensão teológica do sepultamento eclesástico (pág. 41, primeira pergunta) para a prática de sepultamento de suicidas, natimortos, crianças não batizadas e dos que não foram membros? O guia se abstém de qualquer orientação, é simplesmente omissivo (pág. 42); quer dizer: vale tudo. Cf. tb. anotação 27).

(16) Pág. 11.

(17) Pág. 8.

(18) Idem.

cíficas e internas da comunidade? Poder-se-ia argumentar que o guia, por sua própria essência, refere-se à comunidade em si, mas não são aqueles “leigos”, melhor dito, aqueles apóstolos o “braço estendido” da comunidade dentro do mundo? Não são eles a presença e a vivência cristãs no ambiente secular? A pergunta “que faz o membro em nossa Igreja?” (19) certamente não deveria ter seguido simplesmente a bela menção à participação, compartilhando dádivas e cooperando com os dons, mas também a lembrança de que o membro é missionário no seu trabalho, em seu ambiente social e político ou, em caso contrário, não será missionário, por mais que participe, compartilhe e coopere dentro da comunidade. Lamentavelmente o guia é, neste particular, invertido e não missionário-renovador.

Felizmente, essa lacuna é, em parte, preenchida quando o guia se refere à qualificação que é dada ao membro para sua tarefa. Considerada a missão interna da comunidade (cargos e funções) são mencionados a consciência da vocação, a disposição a servir, o preparo e a incumbência (20). Para fora, na vida particular e pública, há a ressaltar como qualificação fundamental o batismo, a ser vivido na realidade diária (21), a profissão de fé como expressão do nosso propósito em aceitar a incumbência de Deus (22) e as diversas alusões no capítulo sobre o culto (lembrança da missão — “toda a nossa vida é um servir a Deus e ao próximo” (23); fortalecimento para o viver diário (24); prédica como confronto com a vontade de Deus, preparando-nos para a “ação em nossa vida diária” (25) e a bênção como um envio para uma vida em fé e ação (26).

Vivência da fé

O guia não segue princípios racionais ou revelados absolutos, não reconhece nenhum direito eclesiástico divino nem tampouco procura compensar a suposta impraticabilidade da eclesiologia evangélica com um direito relativo mas não menos casuístico e normativo — a permanente tentação das igrejas evangélicas! —, mas objetiva, contrariamente, a vivência da fé. Por certo, a fé engloba a razão e encontra assim normas, porém nunca pré-determinadas, mas sim resultantes do confronto vital do Evangelho de Jesus Cristo com a situação concreta em que a fé deve

(19) Pág. 9.

(20) Pág. 14.

(21) Pág. 25.

(22) Pág. 26 embaixo e 27 em cima.

(23) Pág. 15.

(24) Pág. 16.

(25) Pág. 18.

(26) Pág. 19. Algo análogo à relação cargos específicos — apostolado geral pode ser divisado na relação pastor — presbitério. Esta é descrita como de co-responsabilidade (págs. 12 e 13). Posteriormente, porém, o presbitério aparece sempre de novo numa função “quebra-galho” (págs. 24, 29, 38, 39, 42, 44). Sem dúvida, a função do presbitério deveria ser mais do que (pág. 13) administração e garantia de continuidade do trabalho eclesiástico (aparentemente este é identificado à atividade antes mencionada do pastor e dos demais obreiros!). Um presbitério maduro (e numa projeção teológica este deveria ser determinante) dará à comunidade impulsos e orientação, em todos os sentidos, para sua missão, evitando que a comunidade seja jogada de um lado a outro, ao sabor de seus eventuais pastores.

se exercitar. O próprio Jesus Cristo é, portanto, “o verdadeiro Guia” e o guia-livro pretende “deixar lugar para a Sua orientação em nossa vida comunitária e missão hoje”, como definiu o Pastor Presidente Karl Gottschald na introdução ao novo documento de nossa igreja (27). Nenhuma “ordem” deve impedir o livre guiar de Jesus Cristo, Senhor sobre nossas vidas e sobre a Igreja.

Naturalmente, poder-se-ia argumentar que o guia, lamentavelmente ou não, nem sequer estava em condições de ser ordem, isto é, que não há no âmbito da IECLB um consenso tão amplo que possibilitasse a adoção, a esta altura de nosso processo evolutivo de formação e solidificação de igreja, de normas “mais” concretas e imediatistas. A adoção de um guia não teria sido então uma verdadeira opção teológica, mas um tributo indispensável às circunstâncias momentâneas. Tal hipótese poderia encontrar apoio em certas passagens do guia, como na referência à realização do sepultamento eclesiástico de suicidas, natimortos, crianças não batizadas e dos que não foram membros, que é, em verdade, uma omissão de se pronunciar a respeito (28). Esse fato, porém, é antes uma exceção.

De qualquer modo, o guia explicita no capítulo inicial e pressupõe sempre a consciência de constituirmos as comunidades em conjunto uma igreja, com uma missão comum num âmbito específico. “Somos . . . Igreja de Jesus Cristo no Brasil” (29). Em comparação, as antigas ordens da vida eclesiástica (30) limitavam-se, embora contivessem toda uma série de prescrições niveladoras, ao âmbito isolado de cada comunidade em si. Não há dúvida de que o guia reflete a crescente conscientização do que somos, do que passamos a ser e do que é nossa tarefa. Serve assim para novos impulsos neste mesmo sentido, sem, no entanto, restringir a liberdade das comunidades, mas, bem ao contrário, aumentando a sua responsabilidade, enquadrando-a nos processos decisórios da fé. O guia conseguiu ambas as coisas: aumentar a consciência do “ser-Igreja” e simultaneamente ampliar a liberdade responsável das comunidades. Esta é talvez sua maior contribuição.

Seria presunção pensar que tal fato possa ser uma contribuição de nossa igreja à Ecumene? Seja como for, também nesse particular se afirma com absoluta coerência a linha-mestra do guia. “Pertencemos à Família Luterana”, mas “cremos em uma só Igreja de Cristo”, em constante reforma pela ação do Evangelho (31). “Participamos da ‘Ecumene’”, não simplesmente por

(27) Pág. 4.

(28) Pág. 42. Cf. tb. anotação 14. Cumpre realçar, porém, que, por via indireta, mesmo na omissão o guia pode ser significativo, pelo simples fato de não estabelecer nem cogitar de qualquer critério que pudesse distinguir qualitativamente o sepultamento eclesiástico em tais casos dos demais. Não há casos normais e anormais. Contudo, o guia teria sido guia e não instância omissa, se tivesse constatado positivamente tal fato.

(29) Pág. 5.

(30) Temos em mãos a Ordem da Vida Eclesiástica nas Comunidades do Sínodo Rio-grandense, de 1937, e a Ordem da Vida Eclesiástica nas Comunidades do Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná, de 1956.

(31) Pág. 6.

afiliação, mas por vínculo de “fé e ação”, procurando “viver a unidade da Igreja de Jesus Cristo: a universal, una, santa e apostólica” (32). O guia indica assim uma meta que ainda estamos muito longe de atingir, mas não há como negar que a relação intencionada entre IECLB e Ecumene é teologicamente um reflexo exato da mantida entre comunidades e IECLB. A IECLB vive no Brasil a unidade da Igreja de Cristo e as comunidades vivem o ser-Igreja em seu ambiente local.

Se, pois, o guia não faz prescrições diretas e cerceadoras da liberdade responsável das comunidades, não o é porque “infelizmente” ainda não estaríamos em condições de fazê-lo — daqui a alguns anos talvez...! As antigas ordens, apesar de refletir muito menos uma consciência de ser-Igreja, já tinham condições de prescrever muito mais. O guia tampouco fez algumas renúncias a algumas prescrições das ordens que de qualquer modo não estavam sendo cumpridas, como, por exemplo, a prescrição de batizar as crianças antes de completarem um mês e meio de idade (33). O que houve, assim o entendo, foi de fato uma opção, uma opção em prol da maturidade de fé de nossas comunidades, em favor da vivência autêntica da fé em vez da obediência a parágrafos regimentais.

Tal opção foi declarada claramente no VIII Concílio Geral da IECLB pela comissão encarregada da coordenação e da elaboração da nova ordem da vida eclesial, e destacada no parecer da Comissão Teológica da IECLB. Não sabemos, no entanto, até que ponto o concílio estava cômico de suas conseqüências. O que, de resto, não é tão grave, se estivermos preparados para os elementos de surpresa que a introdução do guia nas comunidades possa proporcionar. Pois seria contraditório apelar para a vivência autêntica das comunidades em seus ambientes e não estar preparado para receber e acatar surpresas. Aliás, devemos estar cômicos de que nossa tendência “natural” é bem outra: a de juntamente com a maior consciência do ser-Igreja querer também sempre mais centralizar não somente tarefas administrativas e palavras de orientação, mas igualmente decisões que competem à fé. Exige-se assim, por exemplo, com crescente freqüência a palavra “oficial” da IECLB sobre os mais diversos assuntos. Necessitamos, é bem verdade, de palavras-guias, que por sua própria natureza não sejam restritivas, mas orientadoras e incentivadoras, que forneçam informação, dados, material e perspectivas, e fomentem a comunicação mútua, a fim de facilitar uma tomada de posição de fé de parte dos pastores e das comunidades. Necessitamos de palavras que procurem a unidade na pluralidade e não em detrimento da pluralidade legítima. Não podemos, em contrapartida, necessitar de palavras que tolham o processo de amadurecimento da igreja — “ekklesia”, da comunhão dos santos, para hipertrofiar a igreja-estrutura.

(32) Idem.

(33) OVE SR cap. II, 1; OVE SESCP, art. II, 2.

A prática do guia

Se levamos a sério tal opção do guia, sabemos que ele só pode “funcionar” a médio ou mesmo a longo prazo, pois aborda e aprofunda sobretudo a fé, a doutrina, na plena convicção de que a ordem, a constituição e o regimento serão frutos delas. E isto leva tempo. Sua “aplicação” é muito mais difícil do que a de uma ordem. Em verdade, não se pode tratar de uma “aplicação”, mas de um crescimento, de um frutificar. Na prática, é bem possível que as velhas ordens da vida eclesiástica, pelo menos em muitos pontos, continuem vigorando, até que o contato vivo das comunidades com o guia e sobretudo com o Evangelho substitua aqueles preceitos por outros mais condizentes na situação específica. Devemo-nos conscientizar, porém, da tentação de querer ler o guia como uma nova ordem. Em tal erro se incorreu, a meu ver, quando em órgãos de divulgação de nossa igreja se interpretou lapidarmente uma passagem do capítulo sobre a bênção matrimonial — talvez o mais original e belo de todo o guia — no que se refere à situação dos desquitados: “A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil concede a ‘bênção matrimonial’ a pessoas desquitadas...” (34). Se quisermos palavras definitivas, como deixar-se-ia de ler no mesmo guia a frase ainda muito mais clara: “Negarão (sc. presbitério e pastor) a realização da bênção matrimonial quando os nubentes não estão habilitados para o casamento pela lei civil” (35)? Como é notório em referência à Bíblia, também para um guia toda interpretação legalista fracassa e terá de encontrar inevitavelmente contradições, mesmo onde não as há, ou absolutizar uma afirmação em detrimento de outra. O capítulo sobre a bênção matrimonial nos obriga a refletir sobre o sentido dela, o que é matrimônio, o que constitui o matrimônio, o significado da lei civil (sua vigência e suas falhas), o que é bênção (concessão automática pela cerimônia?; força substancial indelevel?), como evitar a sacramentalização e a compreensão ex opere operato da bênção matrimonial, o que é reconhecimento social e declaração pública de compromisso matrimonial, etc. Entendemos, pois, que o guia não exclui a possibilidade de algum pastor e sua comunidade, ponderadas essas questões, concederem numa situação bem específica a bênção matrimonial a desquitados, se for esta a melhor maneira de manifestar “o amor de Cristo, que supera o fracasso humano” (36). Mas a responsabilidade por tal ato não pode ser atribuída a uma instituição superior ou a uma ordem: “A IECLB concede...” Muito menos se poderia pressionar com tal “ordem” os pastores, impedindo-os que cheguem em suas comunidades e com elas a uma decisão prática oposta.

O “guia de vida comunitária em fé e ação” só pode frutificar em fé e ação, isto é, em liberdade. Ele aprofunda o indicativo, pois é dele que nascem os imperativos. Isto leva mais tempo. Não

(34) Hilmar Kannenberg, em *Jornal Evangélico* 88 (1973) N.º 3, pág. 1.

(35) Pág. 38.

(36) Pág. 40.

basta olhar para uma determinação, observar um parágrafo, mas é preciso penetrar no espírito do guia, deixar-se conduzir por ele, a fim de, depois, libertado para a responsabilidade, escolher os critérios práticos necessários para cada situação. O guia não é praticável de imediato. Os imediatistas de todos os matizes, aqueles que só querem reconhecer validade nas coisas imediatamente reversíveis em esquemas “práticos”, capitalizando seus resultados como “frutos” — não seria antes “produção”? —, descartando de antemão como inautênticos todos os esforços de aprofundamento, para daí surgir o crescimento, não saberão o que fazer com o guia. Quererão substituí-lo muito breve por outro mais “atualizado”, torná-lo mais “prático”, mais “aplicável”, “regulamentá-lo”. A tudo isso será preciso dizer não, para que o guia permaneça guia.

Positivamente, serão necessários a difusão e o estudo, por todos os meios, deste guia. É matéria obrigatória para estudo nos presbitérios, nos grupos constituídos nas comunidades. JJEE, OASEs, ensino confirmatório, grupos de reflexão, palestras para a comunidade, todos deveriam se ocupar com esse tema nos próximos anos. As conferências pastorais e os concílios deveriam trocar idéias a respeito, em toda a igreja deveria se estabelecer um clima de diálogo em torno desses assuntos. A elaboração do guia chegou a um fim, a ocupação com ele precisa se estabelecer.

A esse propósito corresponde a forma em que foi elaborado o guia: perguntas e respostas, conforme o exemplo dos catecismos. Isso nada mais é do que lógico. Se a ordem da comunidade é uma prática da fé, então o guia deve aprofundar a fé, a doutrina. Maior peso é dado sempre à essência de cada prática comunitária, para então derivar critérios a serem observados nas determinações práticas. As questões como?, onde?, quem?, se derivam do quê (37). O objetivo dos critérios não é prescrever, mas prevenir uma eventual desvirtuação da essência descrita. Os critérios, pois, são linhas-mestras que visam a confinar as possibilidades de decisões práticas àqueles limites que a própria fé delinea. Não é isso contradição — cerceamento da liberdade que o próprio guia preceitua —, já que o objetivo não é a anarquia doutrinária e práxica — nesse caso o próprio guia seria supérfluo —, mas a vivência da fé, conforme o indica o título “Nossa fé — nossa vida”.

Aos inimigos das “teorias” seja concedido, pois, que o guia, embora não imediatamente praticável, é sumamente prático dentro dos objetivos que se propõe. É fácil estudá-lo. Sua linguagem é quase sempre simples, o vocabulário é o utilizado pela média dos possíveis leitores. A uma pergunta simples e concisa (invariavelmente uma oração só) segue-se uma resposta breve, que contém o essencial e indispensável para responder a pergunta formulada. A resposta não esgota o assunto e muita coisa que se desejaria acres-

(37) Sete dos dez capítulos começam com a pergunta “que é?”. Nos outros três a questão “por quê?” implícita o quê. Trata-se de uma seqüência qualitativa e não meramente ordinal. As antigas ordens abordavam de imediato a questão dos deveres do cristão evangélico (dever de participar os cultos, dever de batizar os filhos, etc.). O guia aborda o que são batismo e culto, depreendendo daí não o dever, mas o privilégio (de participar do culto, de ser batizado, etc.).

centar estará explicitada em resposta a uma outra pergunta. Apesar disso, no entanto, a resposta ainda poderá ser por demais difícil ou extensa para algum leitor (não é este o problema dos catecismos e de seu ensino: pergunta fácil, a resposta é que são elas!?). Há então uma resposta marginal, praticamente tão concisa e fácil como a pergunta. Quem entendeu esta, há de entender aquela. Assim a resposta marginal serve não somente para visualizar melhor o conteúdo, mas como introdução, permanecendo a resposta propriamente dita como aprofundamento.

Autenticidade e atualidade

A missão da igreja é tradução: traduzir o Evangelho para os dias de hoje, traduzir a mensagem bíblica de Cristo para as palavras do horizonte existencial de seus membros e ouvintes. A missão dos crentes é tradução: traduzir a experiência do perdão e da solidariedade de Cristo para a vivência do perdão e da solidariedade com o próximo no contexto de sua existência familiar, profissional, social e política. Essa tradução jamais está concluída, mas prossegue enquanto a vida e a história não param. A tradução constante é a tradição da igreja. Nela há sempre dois pólos: um inalterável e um variável. O inalterável é o determinante, resumindo-se no próprio Cristo, e o variável é o determinado, abrangendo todo o horizonte sócio-existencial do ser humano. A correta correlação entre os dois pólos preserva tanto a autenticidade quanto a atualidade da mensagem. Quando a igreja deixa de traduzir, perde ambas. Se ela se limita a uma mera repetição do Evangelho, como consta na Bíblia, o resultado imediato é a perda da atualidade: o ouvinte não é atingido na totalidade de seu ser nem divisa a implicação do Evangelho em todas as esferas de seu viver. Mas a perda de atualidade assim caracterizada é imediatamente perda de substância, de autenticidade, perda de dimensões do próprio Evangelho, embora o palavreado "bíblico". Se a igreja, ao contrário, se concentrar numa análise da estrutura psicológica do ser humano e sociológica da comunidade de homens, o resultado imediato é a perda da autenticidade: não há mais Boa Nova numa situação calamitosa (não há mais luz nas trevas), Cristo passa a ser o rótulo de "verdades" obtidas sem ele. Mas a perda da autenticidade assim caracterizada é imediatamente perda de atualidade, distorção da realidade, embora a alusão permanente a ela. Alguns aspectos da realidade são extrapolados, dogmatizados e absolutizados, conseqüentemente também arrancados de seu contexto histórico de alterações constantes. Certamente, preservar ambos os pólos, efetuar realmente tradução é tarefa sempre inacabada, sempre necessitada de correção.

O guia se propôs decididamente dar ênfase ao pólo da atualidade. Evitaram-se, sempre que possível, palavras e expressões tradicionais, a fim de que a fé viva se torne compreensível para todos. Procurou-se usar aquele vocabulário que é expressão normal da vida de cada um. Creio que esta linguagem e esta ênfase

foram corretas, justamente num texto fundamental para uso sobretudo interno da igreja, pois esses textos usualmente são tiranizados e assim deturpados pela “linguagem de Canaã”, fomentando um esoterismo e, pior, uma esquizofrenia entre fé e vida. Na questão da linguagem, o guia exerceu consciência missionária, responsabilidade vicária pelo mundo.

Contudo, linguagem e forma modernas não deixam de ser, muitas vezes, manto para algo tradicional. E tradição é passível de críticas e correções. A atualidade se evidencia ali onde a partir da fonte ocorre renovação e correção de estratificações. Se o guia prevê, equiparadamente, batismo infantil e de adultos (38), há uma tal correção. Mas na seqüência dos capítulos (39), por exemplo, não há realmente renovação, a não ser a recuperação de aspectos muitas vezes perdidos nas comunidades (confissão, disciplina fraternal, etc.).

Além disso, parece que o guia foi elaborado sob a tirania de um “dogma”: não pode entrar palavra bíblica! E, sem dúvida alguma, evitar palavras bíblicas ainda não garantiu atualidade a ninguém! Pode-se questionar, por exemplo, se a palavra teológica-filosófica “triúno” realmente serve para atualizar Mateus 28: 19-20 (40)! E o perigo não se resume tão-somente em assim dificultar ainda mais a compreensão da mensagem bíblica, mas muito mais profundamente em que o guia se subtrai à verificação crítica de seus leitores. Em parte alguma o guia abre uma brecha, a fim de que se observe o processo de “tradução” efetuado. O leitor é confrontado com o produto acabado. Sei que é dificultoso conciliar todas as necessidades e que o guia fez uma opção. Deve-se antes cumprimentar por ter sido feita a escolha conseqüente do que ter se tentado harmonizar tudo em tudo. Mas isso não impede que se aponte as conseqüências da opção (41).

Conclusão

Tantos objetivos simultâneos, fomentar a vivência da fé, contar com a maturidade das comunidades, expressar a consciência do ser-Igreja, ser guia e não ordem, fomentar o crescimento pelo estudo, linguagem atual, etc., são difíceis de atingir ao mesmo tempo. Apontamos, no decorrer de nosso trabalho, diversas falhas. Mas uma avaliação do todo deverá ter em mente os passos decididos encetados. Não hesito em afirmar que o resultado final é, apesar das imperfeições, a melhor expressão de vida comum que a nossa igreja, a IECLB, já conseguiu no Brasil. O guia deve perdurar por bastante tempo, para que dê frutos, e não ser substituído em breve por outro, “aperfeiçoado”. Devemos, no entanto, saber que dele se pode esperar apenas uma renovação interna da igreja e das comu-

(38) Pág. 21.

(39) Cf. índice pág. 48.

(40) Pág. 20.

(41) Talvez o guia pudesse ter incluído referências bíblicas na margem à direita do texto corrido. Isto teria tido eminente valor prático no estudo do guia nas comunidades.

(42) Pág. 5.

nidades. Quanto a uma renovação de nossa missão externa, no ambiente profissional e social, evidentemente, ainda não estamos maduros. Devemos esperar por outro “guia”, neste particular. Mas a utilização, consciente, crítica e ampla, do “guia de vida comunitária em fé e ação” poderá preparar a plataforma para o outro, que se faz necessário. Quando tivermos também esse, então estaremos verdadeiramente sendo “Igreja de Jesus Cristo no Brasil” (43).

(43) Idem.